

POLÍTICA DE COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL¹

Júnia Cristina P. R. da Conceição²
Daniela Vasconcelos de Oliveira³

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) desempenhou um importante papel na formação dos preços de produtos agrícolas. Mudanças em sua condução, entretanto, podem ter alterado essa função.

Nesse sentido, informações sobre o comportamento dos preços e a identificação de variáveis que tenham influência sobre eles se tornaram particularmente importantes para o êxito na condução de políticas voltadas para o setor agrícola.

Barros e Guimarães (1998), quando analisaram o desempenho da PGPM entre 1985 e 1996, utilizando um modelo de expectativas racionais, evidenciaram a dificuldade de o governo intervir no mercado agrícola de forma adequada, nos moldes vigentes até 1995.

Não foram raras as vezes em que o volume de compras realizadas pelo governo durante a safra foi devolvido ao mercado no mesmo ano, o que contraria o princípio que fundamenta a política, qual seja, que o volume de Aquisições do Governo Federal (AGFs) deve permanecer fora de mercado durante todo o ano agrícola. Esses fatos demonstram que os efeitos da abertura praticamente liquidaram o intento de coordenação simultânea do mercado de preços presente na PGPM.

É a partir desse contexto que, após 1995, o governo decidiu promover uma reformulação total nos instrumentos de apoio à comercialização, com a criação de novos instrumentos e a manutenção da AGF e do Empréstimo do Governo Federal (EGF) somente para casos especiais (Conceição, 2002).

Além disso, o instrumento do EGF, usado com maior intensidade na década de 1990, passou a ter uso distorcido, uma vez que parte de seus estoques passava para o ano seguinte mediante prorrogação dos empréstimos.

Coelho (2001) destaca que houve uma reformulação dos mecanismos de suporte aos produtores com o objetivo de reduzir a presença do Estado na comercialização e facilitar o alinhamento da política doméstica ao mercado internacional.

1. Este artigo é o projeto de um trabalho cujo texto final encontra-se em desenvolvimento.

2. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

3. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dirur/Ipea.

O Preço de Liberação de Estoque (PLE) foi abandonado como limite superior à desmobilização de estoques, e a concepção de formação, carregamento e desmobilização de estoques reguladores foi revista. Nesse ambiente de economia aberta, a atuação eficaz de uma política de preços mínimos é mais complexa.

É a partir desse contexto que este trabalho busca investigar a influência de algumas variáveis na determinação do preço ao produtor. Especificamente, objetiva estimar o efeito de variáveis de mercado e também daquelas referentes à atuação do governo na condução da política agrícola em relação à formação do preço de mercado no período mais recente, pós-reformulação da PGPM.

A pergunta que está subjacente é: o desenho atual da política agrícola para os produtos é suficiente para influenciar a determinação dos preços agrícolas no nível do produtor, ou as variáveis de mercado têm tido uma influência maior?

Além do objetivo mencionado, também pretende-se verificar:

- a distribuição, por cultura e região, dos atuais instrumentos da PGPM;
- a distribuição dos instrumentos da PGPM e suas respectivas participações na produção das culturas;
- se os atuais instrumentos da PGPM podem contribuir para o estímulo produtivo em alguma região;
- se os atuais instrumentos da PGPM acentuam a distribuição produtiva existente ou podem reduzi-la; e
- como é a atuação da PGPM nas regiões do Matopiba.⁴

Os resultados preliminares do estudo referem-se às análises já realizadas para os produtos arroz e milho no período de 2014 a 2019. Para os estados analisados, o preço de mercado se manteve acima do preço mínimo.

A questão que se coloca, e se pretende aprofundar, é se os atuais instrumentos de comercialização estão sendo usados de maneira eficiente, e também como está sendo o comportamento dos preços de mercado. Deve ser ressaltado que outras variáveis, como preço internacional e taxa de câmbio, devem ter impacto significativo sobre os preços de mercado agrícolas. Pretende-se, portanto, estimar quais são esses impactos.

Além disso, procura-se também fazer o estudo para outros produtos agrícolas em um horizonte temporal maior (2000-2019). Acredita-se que o comportamento seja diferente para cada produto agrícola.

REFERÊNCIAS

BARROS, G. S. C.; GUIMARÃES, V. D. A. Análise da eficácia da política de preços para arroz e milho por meio de um modelo de expectativas racionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 36, n. 4, p. 113-133, out.-dez. 1998.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, v. 10, n. 3, 2001.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. **Contribuição dos novos instrumentos de comercialização (contratos de opção e PEP) para estabilização de preço e renda agrícolas**. Brasília: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 0927).

4. Acrônimo da região que engloba Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, G. S. C.; BERES, N. A.; MALHEIROS, P. C. F. Gastos públicos na agricultura: tendências e prioridades. **Estudos de Política Agrícola**, n. 2, p. 7-20, 1993.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário: safra 2001/2002**. Brasília: Mapa; SPA, 2001. Disponível em: <www.agricultura.gov.br/plano-safra>.

BRESSAN FILHO, A. A construção da nova política agrícola. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Brasília. **Anais...** Brasília: Sober, 1999. p. 5-7.

DELGADO, G. C. **Estoques governamentais de alimentos e preços públicos**. Brasília: Ipea, 1995. (Texto para Discussão, n. 0395).

REZENDE, G. C. de. **Política de preços na década de 90: dos velhos aos novos instrumentos**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. (Texto para Discussão, n. 0740).

WESTCOTT, P. C.; HOFFMAN, L. A. Price determination for corn and wheat: the role of market factors and government programs. **Economic Research Service**, n. 1878, July 1999.

